

HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA EM HISTÓRIA DA ÁFRICA: CONSTRUINDO O CONHECIMENTO NO CHÃO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

DOI: 10.5935/2177-6644.20190007

HISTORIOGRAPHY AND
METHODOLOGY IN HISTORY OF
AFRICA: BUILDING KNOWLEDGE
ON THE GROUND OF
QUILOMBOLAS SCHOOLS

HISTORIOGRAFÍA Y
METODOLOGÍA EN HISTORIA DE
ÁFRICA: CONSTRUYENDO EL
CONOCIMIENTO EN EL CHÓN DE
LAS ESCUELAS QUILOMBOLAS

José Francisco dos Santos *

Resumo: O presente artigo está baseado na oficina com os educadores que trabalham nas comunidades quilombolas, Barrinha, Peroba, Lagoa das Piranhas, das Escolas Municipais José Santana e Francisco Flores no ensino fundamental I. A atividade ocorreu nessa última escola, no dia 16 de novembro de 2017 e fez parte da “VIII Semana da Consciência Negra e V Seminário das Comunidades Quilombolas do Território Velho Chico”, cujo tema foi “Construindo a Liberdade no Chão das Escolas Quilombolas”. A oficina teve início às 8:00 horas da manhã e prosseguiu até às 17:00. No período da manhã ficou a meu cargo trabalhar com os educadores “Historiografia e Metodologia sobre História da África”. No período da tarde, a professora Fernanda Libório discorreu a respeito da importância da arqueologia. Não obstante, esse artigo vai se deter na primeira parte da oficina.

Palavras-chaves: História da África. Historiografia Africana. Metodologia em História da África.

Abstract: This article is based on the workshop with educators working in quilombola communities, Barrinha, Peroba, Lagoa das Piranhas, Municipal Schools José Santana and Francisco Flores in elementary school I. The activity took place in this last school, on November 16 of 2017 and was part of the "VIII Black Consciousness Week and V Seminar of the Quilombola Communities of the Velho Chico Territory", whose theme was "Building Freedom in the Ground of Quilombola Schools". The workshop started at 8:00 am and continued until 5:00 p.m. In the morning I was in charge of working with the educators "Historiography and Methodology on the History of Africa". In the afternoon, Professor Fernanda Libório discussed the importance of archeology. Nevertheless, this article will stop in the first part of the workshop.

Keywords: History of Africa. African Historiography. Methodology in History of Africa.

Resumen: El presente artículo está basado en el taller con los educadores que trabajan en las comunidades quilombolas, Barrinha, Peroba, Lagoa de las Piranhas, de las Escuelas Municipales José Santana y Francisco Flores en la enseñanza fundamental I. La actividad ocurrió en esa última escuela, el 16 de noviembre de 2017 e hizo parte de la "VIII Semana de la Conciencia Negra y V Seminario de las Comunidades Quilombolas del Territorio Viejo Chico", cuyo tema fue "Construyendo la Libertad en el suelo de las Escuelas Quilombolas". El taller comenzó a las 8:00 de la mañana y continuó hasta las 17:00. En el período de la mañana se quedó a mi cargo trabajar con los educadores "Historiografía y Metodología sobre Historia de África". En el período de la tarde, la profesora Fernanda Libório habló acerca de la importancia de la arqueología. No obstante, ese artículo se detendrá en la primera parte del taller.

Palabras claves: Historia de África. Historiografía africana. Metodología en Historia de África.

* Docente do Programa de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais e do curso de História da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB/Campus Barreiras. Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: jose.santos@ufob.edu.br

O problema de uma história única

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi *Adichie*, em conferência anual da *Ted Global* em 2009, ocorrida em Oxford, Reino Unido, proferiu a palestra intitulada “Os perigos de uma história única”, e destacamos alguns trechos que julgamos interessantes para nossa reflexão, como por exemplo:

Eu cresci num campus universitário no leste da Nigéria. Minha mãe diz que eu comecei a ler com dois anos, mas eu acho que quatro é provavelmente mais próximo da verdade. Então, eu fui uma leitora precoce. E o que eu lia eram livros infantis britânicos e americanos. Eu fui também uma escritora precoce. E quando comecei a escrever, por volta dos sete anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido, apesar do fato que eu morava na Nigéria.¹

Nessa fala *Adichie* expõe o poder que a construção cultural tem sobre a formação de uma pessoa, mesmo morando na Nigéria, país com o maior número de negros absolutos do mundo. Isso se revela no fato de que ao ler uma literatura britânica e estadunidense, ao criar seus personagens eles eram semelhantes ao que lia e não a sua realidade próxima e mesmo em seu país sendo de clima tropical seus personagens brincavam na neve e ficavam feliz ao ver o sol.

Ao pensar sobre as questões que *Adichie* discorrem dessa realidade, perguntamos: como as crianças, no caso do Brasil, absorvem a cultura exterior uma vez que os desenhos animados entre outros meios de informações estão carregados com o mesmo simbolismo exposto pela escritora, em que cria um imaginário idealizado.

Em outra parte de sua palestra *Adichie* revela que quando foi morar nos Estados Unidos chamou atenção a respeito de como sua amiga de quarto a tratou,

[...] quando deixei a Nigéria para cursar universidade nos Estados Unidos. Eu tinha 19 anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês

¹ Disponível em < <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acessado em 09.abr.2018.

tão bem e ficou confusa quando eu disse que, por acaso, a Nigéria tinha o inglês como sua língua oficial. Ela perguntou se podia ouvir o que ela chamou de minha “música tribal” e, conseqüentemente, ficou muito desapontada quando eu toquei minha fita da Mariah Carey. [...] Ela presumiu que eu não sabia como usar um fogão.

O que me impressionou foi que: ela sentiu pena de mim antes mesmo de ter me visto. Sua posição padrão para comigo, como uma africana, era um tipo de arrogância bem intencionada, piedade. Minha colega de quarto tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe. Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que piedade. Nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais².

Adichie evidencia a maneira como a falta de informação sobre um lugar pode levar a visões deturpadas e preconceituosas. Aqui vemos a importância de uma história plural, em que mostre a dinâmica cultural de maneira mais ampla. O problema, porém, é que quando se fala sobre o continente africano é justamente o pensamento de um lugar de catástrofes, guerra, fome e epidemias. Não que isso não tenham no continente africano, infelizmente todos os continentes são atingidos por essas questões, mas ao mesmo tempo tem exemplos positivos para mostrar. A autora dá um bom exemplo dessa questão,

Mas eu devo rapidamente acrescentar que eu também sou culpada na questão da única história. Alguns anos atrás, eu visitei o México saindo dos EUA. O clima político nos EUA àquela época era tenso. E havia debates sobre imigração. E, como frequentemente acontece na América, imigração tornou-se sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis de mexicanos como pessoas que estavam espoliando o sistema de saúde, passando às escondidas pela fronteira, sendo presos na fronteira, esse tipo de coisa. Eu me lembro de andar no meu primeiro dia por Guadalajara, vendo as pessoas indo trabalhar, enrolando tortilhas no supermercado, fumando, rindo. Eu me lembro que meu primeiro sentimento foi surpresa. E então eu fiquei oprimida pela vergonha. Eu percebi que eu havia estado tão imersa na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma coisa em minha mente: o imigrante abjeto. Eu tinha assimilado a única história sobre os mexicanos e eu não podia estar mais envergonhada de mim mesma. Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará³.

² Disponível em < <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acessado em 09.abr.2018.

³ Disponível em < <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acessado em 09.abr.2018.

As questões abordadas por Adichie evidenciam a relevância sobre a quebra de paradigmas e os mitos, no nosso caso específico, a respeito da história africana, que por meio da lei 10639/2003, instituiu a obrigatoriedade de ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira, nas escolas de ensino fundamental e médio. No presente trabalho apontamos algumas questões iniciais sobre os mitos que envolvem a história da África.

Os mitos sobre a história a África

A África inventada, a ideia de uma história da civilização ocidental criou um equívoco frente à história da África, e isso está ligado à construção do conhecimento do século XVI-XVII: racionalismo; XVIII: Iluminismo; XIX: cientificismo; como nos alerta a historiadora Hernandez,

Integra a constituição de um “saber moderno” que permeia a formulação de princípios políticos, éticos e morais, fundamentando os colonialismos do final dos oitocentos. Seus efeitos prolongam-se até os nossos dias, deixando fortes marcas na ciência humanas e, em particular, na antropologia e na historiografia sobre a África (HERNANDEZ, 2008, p.17).

O ocidente elaborou o seu conhecimento sobre o mundo por meio de “visões sobre o outro”: Gregos e Romanos: não bárbaros e bárbaros; Idade Média: fiéis e infiéis; Grandes Navegações (XVI-XVII): povos com almas e povos sem almas; Iluminismo (XVIII): mau selvagem e bom selvagem; Século XIX: civilizados e primitivos. Essas “visões sobre o mundo” são carregadas de estereótipos que põem um “olhar imperial” sobre o universo.

Sobre a África, principalmente no século XIX, há um conjunto de escritos carregados de equívocos, pré-noções e preconceitos, em grande parte pelo desconhecimento. Segundo Hernandez:

Muito dos estudos foram elaborados com os instrumentos de política nacional, contribuindo, de modo mais ou menos direto, para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico (HERNANDEZ, 2008, p. 17-18).

Não obstante, pensadores renomados da época como o filósofo alemão Hegel escreveu sobre o que pensava sobre a África negra ou África Subsaariana, como podemos ver nas considerações abaixo

África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”, e o “negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações europeias (HERNANDEZ, 2008, p. 21).

Para Hegel, nesta parte do continente africano não ocorreu desenvolvimento do ser humano, vivendo estático ao longo do tempo. Em suas palavras: “o negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência”. Não bastasse isto, Hegel vai além, diz que teria como alterar essa situação,

Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas e as trevas não constituem tema de história” (FAGE, 2010, p. 8).

Na concepção de Hegel, na parte Subsaariana do continente africano não há história, somente as trevas, ao afirmar que a história que existe ali era exclusivamente dos europeus naquela parte da África. As afirmações do renomado filósofo alemão não levam em consideração hábitos de vidas distintas do ocidente. Registramos o que a historiadora portuguesa Isabel Castro Henriques discorre sobre a concepção hegeliana da história da África e de Kant,

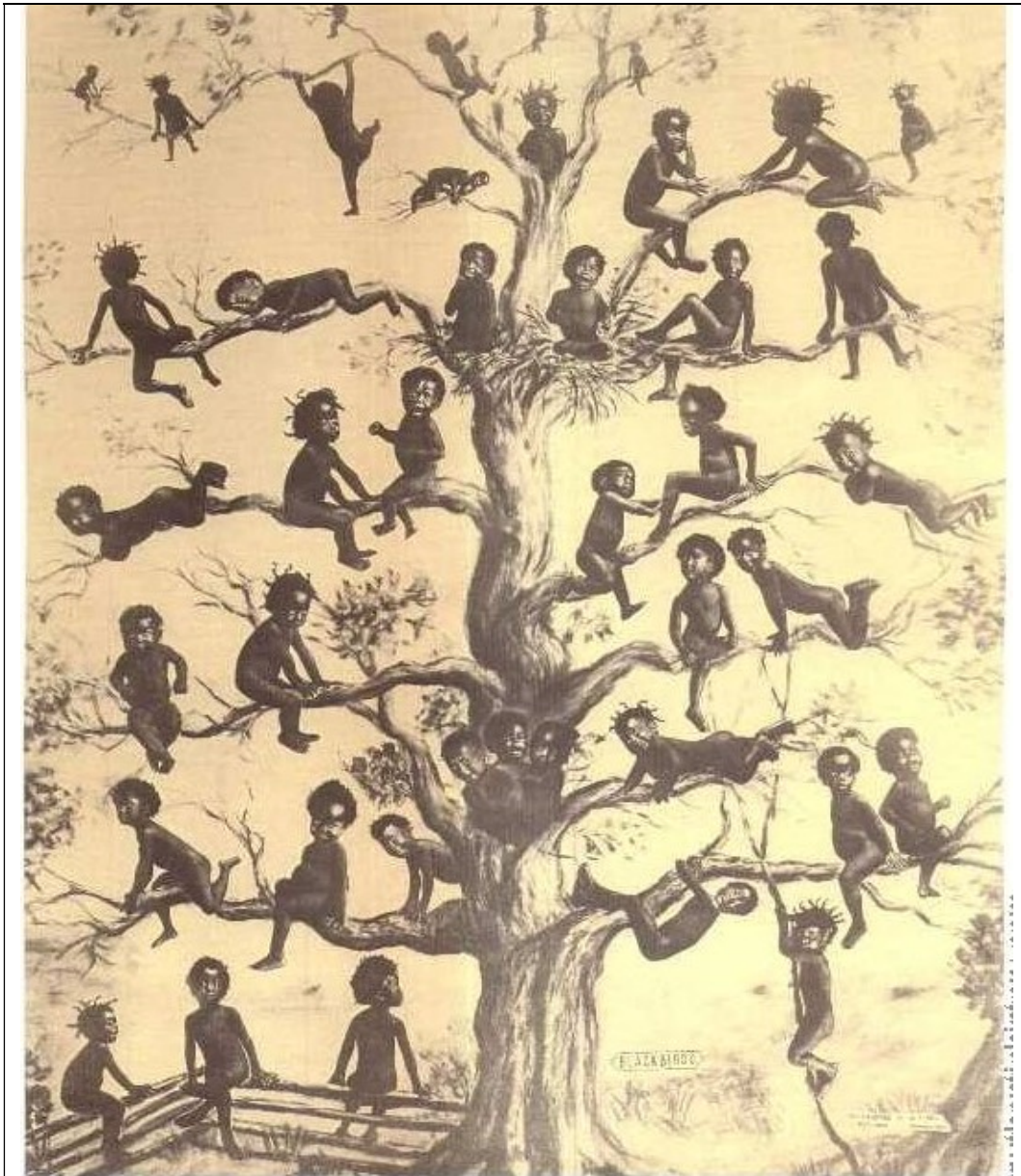
A revisão do lugar da África no campo da sua própria história e da história universal conseguiu fazer de Hegel um pensador arcaico, tão inaceitáveis são as considerações que o filósofo alemão consagra a uma África mítica, África dos preconceitos escravistas europeus. E se é certo que Hegel fora anunciado por Kant, convém assinalar aqui a importância das modificações introduzidas no campo da história. Como tantos outros historiadores especializados na história do continente e das suas relações com o mundo, pude assegurar a passagem da negatividade obscura de Kant e de Hegel, à compreensão dinâmica marcando os diferentes passos da construção da história pelos africanos. Tarefa nem sempre fácil, dado o peso dos estereótipos negativos: desvalorização do homem africano não podia deixar de levar à desvalorização dos seus produtos civilizados e da sua história (HENRIQUES, 2004, p. 15).

A prepotência do filósofo alemão é tamanha que não consegue ver no “outro” o que não é espelho, não pensando que poderia existir outras formas de viver além do padrão eurocêntrico. Esse tipo de pensamento perpetuou por outros tempos históricos. A concepção de história, baseada no progresso científico – revolução industrial, positivistas - na qual a ideia de evolução tem como parâmetro a sociedade ocidental se baseia na seguinte premissa: quanto mais próxima do ocidente, mais evoluída é a sociedade isso não é apenas referente à tecnologia, e sim aos costumes, crenças, cultura.

Dentro dessa perspectiva, o continente africano gerou uma literatura, em que a “ausência de progresso” provocou a “passividade histórica dos africanos”; teorias raciais; incapacidade do negro. Segundo Carlos Moore (2005, p. 9) entre todas as singularidades da África as que tiveram maior repercussão negativa foram: experiência sistemática de escravidão racial; tráfico humano transoceânico em grande escala. Ambas vão contribuir para a formação dos mitos radiológicos, presente inclusive na forma de ensino de história da África. Exemplo, “continente negro” para África, mas nunca “continente branco” – Europa; “continente vermelho” – Américas; “continente amarelo” – Ásia. Isso é um meio de classificar o continente de acordo com a cor da pele.

Registramos, a respeito dessa questão, que na graduação de cor de pele não existe o termo “branquinho”, “amarelinho” ou “vermelhinho”, mas sim os termos “negrinhos”, “negroide”, “mulatinho”, “mulato”. O problema que acaba ocorrendo nesse sentido é sobre “passividade história dos africanos”: deficiência em interpretar o dinamismo de outras sociedades: Estamos sempre a achar que as sociedades não ocidentais são “atrasadas” e por isso não se tem muito que estudar.

A antropologia do século XIX, ao estudar as sociedades africanas, achava que estas nunca tinham mudado com o tempo, ou seja, que elas eram as mesmas desde sempre. Parece que só a nossa sociedade sofreu a ação do tempo, “[...] o negro estaria para o homem como o asno para o cavalo, ou antes, se o branco fosse homem, o negro não seria mais homem, seria um animal à parte como o macaco” (POLIAKOV, 1974, p.142).



Cartão Postal "Blackbirds", 1890.

Disponível em <http://rodavivahistoria.blogspot.com.br/2013/06/teorias-raciais-e-racismo.html>. Acessado em 31/03/2018.

Essas teorias raciais estavam baseadas em descrições elaboradas para classificar as regiões da África onde se encontrava algum traço de civilização. Criou-se a ideia de duas raças em África: África branca no Norte da África e Egito: povos com história; África negra abaixo do Saara: povos sem história. quando se fala do norte da África atribui o desenvolvimento da região pela proximidade com o mar Mediterrâneo/Europa, como se tudo viesse de fora. A exemplo, do Egito Antigo isso acabou marcando o conceito de

raça ao de civilização: “branca é sinal de civilização”. Termos “explicativos”: egípcios e negros; núbios e negros (como se os egípcios e núbios da antiguidade não tivessem sido negros); camitas e negros; berberes e negros; árabes e negros.

Quanto à incapacidade do negro chegou-se a afirmar que as civilizações como Egito Antigo, Grande Zimbábue, ou outras civilizações haviam sido obras de povos vindo de fora do continente. No caso do Egito, do Oriente Médio, no Grande Zimbábue e nos outros que estão no interior, à etnia Camita.

A etnia Camita nasce de uma leitura do antigo testamento, e acreditava-se que as raças e as línguas eram classificadas de acordo com a origem do primeiro ancestral. De Sem os “semitas”; de Jafé, os “jaféticos”; e de Cam, o filho amaldiçoado por Noé, os “camitas” (ou “hamitas”). Esse modelo já era utilizado na Idade Média e ganhou critérios científicos no século XIX com as obras do professor Collège de France, Ernest Renan (1823-1892) (GONÇALVES, 2014, p. 92). Segundo Carlos Moore (2005, p. 11): “até hoje a ciência não consegue localizar em região alguma do planeta” esse grupo.

Contudo a historiadora Hernandez discorre,

Reconhecido como verdade, esse pensamento de tendência hegemônica apresenta-se isento de indagações, perpetuando as ideias da cisão entre África, da não-historicidade da “África Negra” e dos estereótipos raciais. No entanto, destoam dessas afirmações as obras que, se valendo de importante documentação obtida em arquivos da África e da Europa, apontam os intercâmbios entre as Áfricas, além de ressaltar a historicidade das sociedades subsaarianas e a complexidade, em graus diferentes, de suas organizações sociais e políticas (HERNANDEZ, 2008, p.25).

Por tudo que foi apresentado até esse momento, na década de 1960 por conta do processo de independência da África, muitos nacionalistas, por causa da formação dos Estados-Nação africanos, passam a buscar métodos de abordagens adequados para estudar a história da África e sua valorização.

Valorização da história africana e historiografia pós-segunda guerra mundial

O método de pesquisa sobre história da África, que surgiu após segunda Guerra Mundial deveria, ao mesmo tempo, se distanciar dos mitos e valorizar o passado do continente e combater os pré-conceitos, identificar as especificidades e a diversidade cultural dos povos.

O historiador Muryatan Santana Barbosa, e seu artigo *Eurocentrismo, História e História da África* (2008) faz as seguintes considerações sobre historiografia África,

Enquanto expressão da historiografia contemporânea, do pós-guerra (2ª. Guerra Mundial), a história da africana é resultante destes dois fatores: a renovação crítica das Ciências Sociais, em particular, na historiografia; o crescente relativismo europeu diante de seus próprios valores. Este fato faz com que muitos dos avanços ali conquistados possam ser vistos como pertencentes a uma renovação historiográfica maior, da primeira metade do século XX. O nascimento disciplinar da História da África, sobretudo na França e na Inglaterra, foi uma consequência desta ampliação paradigmática da História tradicional (BARBOZA, 2008, p.50).

Barboza expõe as motivações que levaram a novas abordagens, ou valorização na historiografia europeia, a respeito da história africana, em especial na Inglaterra e na França. No período pós Segunda-Guerra Mundial, a Europa viu-se numa situação complexa, pois seu território lutou contra o domínio nazista e fascista. Com o final da guerra, porém, já não reunia condições “morais” para manutenção de suas colônias no continente Africano e Asiático, o que culminou com o processo de independências das colônias.

Esse processo não passou incólume pela historiografia, pois a Inglaterra e a França tinham muitas colônias no continente africano. Essas colônias por sua vez começam a reivindicar suas independências e embora, as metrópoles europeias persistissem em nas manutenções. Esses debates fizeram parte das Ciências Sociais, como Barboza aponta, em especial na historiografia sobre o lugar da África, o autor registra,

Como observa Costa e Silva (1996), isto é perceptível, por exemplo, nos primeiros estudos europeus sobre a África no pós-guerra, quando surgiram importantes publicações especializadas sobre a História da África, como o *The Journal African History*, na Inglaterra, e o *Bulletin de l'Institut Français de l'Afrique Noire*, na França. Para além da academia, três livros dos anos 1950 e 60 trazem ao público um importante conhecimento introdutório sobre o assunto. São eles: *A velha África redescoberta* (1959), de Basil Davidson; *História dos povos da África negra* (1960), de Robert Corvenier; *Breve história da África*, de R. Oliver e J. Fage (1962); *História da África Negra* (1961), de Jean-Suret Canale. Em paralelo a este crescimento do interesse europeu sobre o continente africano, se forma, desde os anos 1950, uma historiografia sobre a África realizada pelos próprios africanos. Trata-se, inicialmente, de uma literatura que fazia eco com as primeiras lutas de libertação nacional na

África. Neste contexto, tratava-se de construir uma História que pudesse servir como instrumento de luta ideológica e política contra o inimigo colonialista.

O primeiro grande historiador africano desta geração dos anos 1950 e 1960 foi o senegalês Cheikh Anta Diop, criador do Afro-centrismo. Em livros conhecidos como *Nações negras e cultura* (1955) e *Anterioridade das civilizações africanas* (1967; traduzido para o inglês como *As origens africanas da civilização*, 1973), Diop retomou, de forma transformada, uma tese do século XIX, de que o Egito fora uma civilização negróide; tida como origem cultural do mundo helenístico (por consequência, greco-romano) e das sociedades africanas (BARBOSA, 2008, p. 52).

Nesta fala, vemos o interesse acadêmico na Europa, sobre o continente africano, em publicações de revistas especializadas sobre a história da África, em que se destacam historiadores ingleses e franceses. Importa salientamos a produção do conhecimento sobre África realizada pelos próprios africanos, a exemplo, do pesquisador senegalês Cheikh Anta Diop, que além da criação do afro-centrismo que na realidade procura a partir de uma perspectiva africana para conhecimento da origem do ser humano.

Diop foi um dos primeiros pesquisadores apontar a presença e protagonismo negro na civilização Egípcias, o que levou debates acalorados no meio científico até hoje. Cheikh Anta Diop é figura controversa por suas afirmações do protagonismo da população africana. Diop tinha uma formação diversificada ligado a vários outros ramos das ciências, o que inclusive, Barbosa ressalta essa diversificação do uso das ciências para um aprofundamento do conhecimento da história da África e particularização para seu estudo,

Uma perspectiva que visou descolonizar a História da África, em um âmbito mais geral, reforçou um viés de interpretação heurística deveras interessante. Assim, os conceitos de trabalho historiográfico parecem cada vez mais iminentes à própria história, em vez de basearem em categorias fechadas, construídas a posteriori. Tal tendência tem aproximado, cada vez mais, a História da Antropologia. Aí, a novidade tem sido a difusão de uma “antropologização” dos conceitos historiográficos, que postula uma visão crítico-assimilativa acerca das categorias clássicas de entendimento dos fatos sociais.

Neste sentido, por exemplo, desde uma perspectiva africana, autores como Akinjogbin et al. (1981), vêm postulando uma ressignificação conceitual de categorias como poder e território, que passam a ser estabelecidas segundo seu sentido cultural nativo akan, ibo, etc. Joseph Ki-Zerbo e Boubou Hama (1980), no mesmo sentido, reclamam pela compreensão singular de história e fazer histórico das próprias sociedades africanas. Um intento próximo pode ser rastreado em Juret Suret-Canale (1974), Samir Amin (1976), E. Idowu (1980), etc; assim com em outros autores, menos preocupados com o padrão

historiográfico, como Leopold Sédar Senghor (1964), Okot p'Bitek (1971) e Haris Memel-Foté (1970). Tal empreendimento tende a formar uma História da África cada vez mais particularizada e especializada, pelo menos na África (BARBOSA, 2008, p.60).

As questões apontadas pelo autor vão levar a uma forma de pesquisar e estudar o continente africano a partir de padrões ligado a própria África e não levando em conta os padrões eurocêntricos. Sendo assim, “o olhar” sobre o continente africano e ressignificado e valorizado.

Destacamos que nesse momento organiza-se uma comissão que vai elaborar a coleção de História Geral da África, pela UNESCO, entre os organizadores registramos, Joseph Ki-Zerbo (Burkina Faso), John Donnelly Fage, (Reino Unido), Abdul Sheriff (Tanzânia), Ali Mazrui (Quênia), J. F. A. Ajayi (Nigéria), Jan Vansina (Belgica), Fernando Mourão (Brasil) esses são alguns nomes que fizeram parte dessa primeira união de pesquisadores sobre o continente africano, e como podemos ver eram de várias nacionalidades, o que torna mais emblemático a sua concretude. a qual serve como referência para estudo sobre África até hoje.

Esses autores vão servir de referência para um grupo de pesquisadores, que vamos chamar de “pós UNESCO”, entre eles: Elikia M'Bokolo (Congo), John Iliffe (Reino Unido), Paul Lovejoy (EUA), Alberto da Costa e Silva (Brasil), Luiz Felipe de Alencastro (Brasil), Carlos Moore (Cuba). A respeito dos pesquisadores citados importa salientamos que escrevem desde escravidão, a exemplo do Paul Lovejoy em seu livro “A Escravidão na África: uma História de suas transformações” (2002), ou a respeito da relação Atlântica, como o Luiz Felipe de Alencastro em seu livro Trato do Videntes (2000) entre outros assuntos pertinente ao continente.

Temos, no exato momento, a confecção do nono volume sobre “Diásporas Africanas”. A ideia é refletir sobre os povos que foram retirados a força do continente que fazem parte da história de outros lugares, portanto pensar sobre uma cultura africana que já se perdeu na África, mas que se transformou fora dela, a exemplo do Brasil, que tem a segunda maior população negra do mundo perdendo somente da Nigéria. Nestes lugares, percebemos a presença africana, na dança, alimentação, na música entre outras expressões culturais.

A respeito do estudo sobre o continente Africano, partindo de tudo que vimos até agora era necessário criar uma metodologia condizente com as características e

problemática do continente africano. Na ótica ocidental é o papel que prova a existência ou a validade de algo. Isso faz parte da metodologia positivista que atribuiu ao documento escrito como algo certo. Por isso, quando estudamos história nos apegamos a esse tipo de fonte, contudo como visto acima para o estudo do continente africano foi necessário criar outros padrões ligados à própria África.

Metodologia de pesquisa em história da África

Na metodologia para o estudo da história eurocêntrica temos como parâmetro a escrita. Nas fontes escritas na cultura ocidental criamos a ideia de que: “se não está no papel, não existe”. Exemplo, leis escritas; documentos pessoais; arquivos é o papel que prova a existência ou a validade de algo. Isso faz parte da metodologia positivista que atribuiu ao documento escrito com algo certo. Por isso, quando estudamos história nos apegamos a esse tipo de fonte.

Um grande problema em África é falta de fontes escritas para algumas regiões e alguns períodos da história. Por isso que para algumas regiões trabalha-se com uma perspectiva de longa duração, como meio de criar um panorama geral. Como na África Oriental dos séculos VI-X; séculos XI-XV e séculos XVI-XIX. As fontes podem se expressas em qualquer material: pedra; papiro; pergaminho; etc. Quanto mais se aproxima de hoje, maior a quantidade de fontes e maior a variedade de idiomas.

Antes do século XV: fontes do mundo árabe; Egito antigo; gregos e romanos. Regiões: geralmente o norte da África; mar Vermelho e parte da África oriental (proximidade com os Árabes que chegam à África por volta do século VII). Depois do século XV: fontes do mundo árabe (ampliação da influência do islã em África, norte e oriente) e fontes do mundo europeu com as grandes navegações e o imperialismo. Regiões: costa Atlântica, África do Sul e o interior do continente. Europa ocidental: amplia-se tanto que se torna quase que impossível uma quantificação precisa.

Há muitas fontes espalhadas pelo mundo devido as fases de “invasões” que a África sofreu ao longo dos séculos: Mundo árabe (VII em diante); Mundo europeu (XV em diante). Concentrada em: bibliotecas, arquivos públicos e coleções privadas, etc. Aqui tem-se um problema metodológico: em muitos casos essas fontes são o olhar do estrangeiro sobre a África e os africanos.

Tradição oral são menos precisas que as fontes escritas. Há também um pré-conceito sobre a validade, pois acabamos por confiar na memória de quem conta a

história. Problema com a datação: as histórias não são datáveis “era uma vez...”. Os tradicionalistas, responsáveis por armazenar a história contada, preservam a tradição. Geralmente, utiliza-se a tradição oral como uma fonte secundária, auxiliada pela fonte escrita. O primeiro a usar-se da tradição oral foi J. Vansina. Na década de 1960 muitos africanistas, como Ki-Zerbo, estavam crenes de que a fonte oral resolveria os problemas das lacunas da história da África.

Barbosa faz uma análise pertinente para nosso trabalho sobre a relação entre a história oral e a linguística,

A relação entre História da África e Linguística é antiga. Foi ela, por exemplo, que possibilitou vários procedimentos de identificação étnica das populações africanas, desde o século XIX. Nos últimos decênios, entretanto, tal aproximação tem outra importância. Ela possibilitou que o conhecimento sobre a história não ficasse restrito aos que os outros povos árabes e europeus escreveram sobre os africanos. Isto é essencial num passado em que, salve exceções como o Egito antigo e seus arredores, e algumas áreas romanizadas do Norte da África, os africanos não deixaram registros escritos de sua cultura e visão de mundo.

A Linguística e a história oral como instrumentais fundamentais para o conhecimento histórico. A relação entre História da África e linguística é antiga. Foi ela, por exemplo, que possibilitou vários procedimentos de identificação étnica das populações africanas, desde o século XIX. Nos últimos decênios, entretanto, tal aproximação tem outra importância. Ela possibilitou que o conhecimento sobre a história não ficasse restrito aos que os outros povos árabes e europeus escreveram sobre os africanos. Isto é essencial num passado em que, salve exceções como o Egito antigo e seus arredores, e algumas áreas romanizadas do Norte da África, os africanos não deixaram registros escritos de sua cultura e visão de mundo. Tal foi o intento que moveu autores como Jan Vansina (1958), Djibril T. Niane (1960), Joseph Ki-Zerbo (1969), David Cohen (1972), Amadou Hampaté Bâ (1972), Joseph Miller (1980), E. Alagoa (1968; 1973), entre outros, a formular métodos de investigação e interpretação histórica em que a história oral fosse um princípio primordial de análise científica do continente (BARBOSA, 2008, p59-60).

Outra fonte muito rica para pesquisa em África é arqueologia, embora não tenha resolvido o problema de muitas regiões, pois os achados arqueológicos estão por toda a parte do continente. O problema aqui é que a geografia muda constantemente com o tempo e com a ação do homem; muitas peças foram levadas para museus da Europa e dos EUA. A exemplo da má exploração o caso do Grande Zimbabué, onde Cecil Rhodes (colonizador empresário Britânico), na busca por ouro, destruiu boa parte da construção.

A arte, além de uma manifestação artística, serve como fonte, como é o caso das pinturas rupestres; máscaras, esculturas, pinturas, artefatos em geral, etc. Aqui o problema está no seguinte aspecto: muito da arte foi feita em madeira, algo que estraga com facilidade em climas tropicais úmido. Existem mais objetos fora da África do que dentro devido aos saques das épocas anteriores, mormente, durante a época colonial. Hoje acontece o mesmo, pois muito das pesquisas arqueológicas, por exemplo, são financiadas por institutos europeus e estadunidenses. Museu em Áfricas são poucos e precários.

Percebemos que várias ciências são usadas para um melhor entendimento do continente africano e aí podemos incluir a antropologia, que inclusive por meio da pesquisa sobre alimentação pôde verificar a ocupação de povos em determinada região, como a pesquisa do antropólogo Frank Willett (2017) sobre o milho que permitiu descobrir que a planta foi introduzida de duas vias: 1) pela costa ocidental; 2) pela Egito em direção ao centro (mais antiga).

Temos a Antropologia Cultural em cujo o problema está no fato de os antropólogos do século XIX terem criado, no meio acadêmico, a ideia de que os povos que não apresentavam os traços de progresso ocidental e estavam parados no tempo. Essa ideia anda está presa em um conceito de evolução da sociedade.

Antropologia física (século XIX): crença de que as características culturais são transmitidas pela genética. Exemplo como: “os locais onde foi criado algo grandiosa em África foram feitos por mestiços ou caucasoides possuidores de genes brancos”. Tanto a antropologia cultural e física contribuíram para criação dos mitos radiológicos. especialmente porque davam aos argumentos um caráter “científico” do conceito de raça.

Há questões que devem ser consideradas ao procurar pesquisar o continente africano com sua dimensão Tamanho do continente: Área: 30.221.532 km² População: 1,111 bilhões (2013) Países: 55. Em seu processo histórico estabeleceu relações com três continentes: Antiguidade: Europa e a Península Ibérica pelo mar Mediterrâneo e mar Vermelho; Idade Média: Costa Oriental com a Península Arábica, Índia e Ásia Maior pelo oceano Índico; Idade Moderna: Grandes Navegações, Costa Ocidental com as Américas pelo oceano Atlântico. Isso mostra que a África sempre esteve em movimento.

Tempo histórico em África/considerações finais

A respeito da constante movimentação do continente africano, o autor Ziegler discorre a noção de tempo de alguns grupos étnicos africanos,

Kéré, responde o camponês do espigão Congo/Nilo quando lhe perguntam a data de seu nascimento. “Kéré”, retruca ao viajante que o interroga a respeito da última passagem pela aldeia, do governador da província. E quando o pesquisador branco, com sua curiosidade inteiramente deslocada, pretende delimitar a sucessão das gerações e quer saber a data aproximada do falecimento do pai e da mãe, além do nascimento do filho mais velho, o camponês murundi responde ainda, gentilmente: “Kéré”. Kéré pode ser traduzido de muitas maneiras: “Há muito tempo”, “Outrora”, “Já passou”, “Esqueci”. Em suma: Kéré é a expressão que resume o passado (ZIEGLER, 1972, p.165).

A preocupação em quantificar exatamente o tempo não faz parte de todas as sociedades. Nós, do ocidente, temos essa preocupação, e por isso inventamos cada vez mais relógios precisos. Problemas: Como medir o tempo em África? Tempo social: a maneira como as sociedades percebem a passagem do tempo; tempo cronológico: usando o calendário gregoriano.

Concepção histórica: problema ideológico. “Quando estudamos a história do Nazismo, interpretamos como parte da história Mundial. Mas quando estudamos a escravidão, automaticamente dizemos que esse tema só diz respeito à história da África”. Isso mostra que os pré-conceitos sobre a África ainda está enraizado. África: escravidão, tráfico, pobreza, doenças, selvagens, etc. “estudar a escravidão não é estudar a história da África”. Reduzindo assim a África à escravidão.

Estudar História da África não é diferente qualquer outra história, seja da Europa, América ou Brasil. O problema é que nós ainda temos enraizados os conceitos negativos acerca desse continente e não usamos os parâmetros adequados para seus estudos.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, história e história da África. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. n. 1, jun., 2008. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723/91620>>. Acessado em 13. Abr. 2018.

CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma única história. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 09/04/2018.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. “Das resistências ao ensino escolar de história da África: algumas considerações”. **História & Ensino**. Londrina, v. 20, n. 1, p. 83-100, jan.-jun. 2014.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em angola**: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Tradução Alfredo Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Vol. I. Lisboa: Europa-América, 2009.

LOVEJOY, Paul. **Escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: história e civilizações tomo I (até o século XVII). São Paulo/Salvador: EDUFBA/Casas das Áfricas, 2009.

MOORE, Carlos. **Novas bases para o ensino da história da África no Brasil** (considerações preliminares). 2005.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano**: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, Alberto da Costa. **Um rio chamado atlântico**: A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro, 2011.

TEORIAS raciais do século XIX e racismo. Disponível em: <<http://rodavivahistoria.blogspot.com.br/2013/06/teorias-raciais-e-racismo.html>>. Acesso em: 31/03/2018.

WILLETT, Frank. **Arte africana**. Tradução de Tiago Novaes. São Paulo: Imprensa Oficial/SESC, 2017.

ZIÉGLER, Jean. **O Poder africano**. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

Recebido em: 10 de maio de 2019.

Aprovado em: 21 de junho de 2019.